

MERENDA ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

LA COMIDA ESCOLAR COMO INSTRUMENTO PARA LA SEGURIDAD ALIMENTARIA Y EL DESARROLLO EDUCATIVO: UN ANÁLISIS DEL PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACIÓN ESCOLAR EN BRASIL

SCHOOL MEALS AS AN INSTRUMENT FOR FOOD SECURITY AND EDUCATIONAL DEVELOPMENT: AN ANALYSIS OF THE NATIONAL SCHOOL MEAL PROGRAM IN BRAZIL

Ivonildes Do Nascimento Trindade¹

¹Mestra em Ciências da Educação. Universidade Educaler College. E-mail: ivonilden.trindade@gmail.com

Resumo

A merenda escolar constitui um dos principais instrumentos de promoção da segurança alimentar e nutricional no ambiente educacional brasileiro. O presente artigo tem como objetivo analisar a importância da merenda escolar no contexto da educação pública, destacando sua influência sobre o rendimento escolar, a permanência dos estudantes na escola e a promoção da saúde. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em legislações, artigos científicos e documentos oficiais relacionados à alimentação escolar no Brasil. Os resultados demonstram que a oferta de refeições equilibradas contribui significativamente para o desenvolvimento físico, cognitivo e social dos estudantes, além de fortalecer a agricultura familiar e incentivar hábitos alimentares saudáveis.

Palavras-chave: Merenda Escolar. Alimentação Escolar. PNAE. Segurança Alimentar. Educação.

Resumen

La alimentación escolar es uno de los principales instrumentos para promover la seguridad alimentaria y nutricional en el entorno educativo brasileño. Este artículo tiene como objetivo analizar la importancia de la alimentación escolar en el contexto de la educación pública, destacando su influencia en el rendimiento escolar, la retención escolar de los estudiantes y la promoción de la salud. La investigación tiene un enfoque cualitativo, de carácter bibliográfico y documental, basado en legislación, artículos científicos y documentos oficiales relacionados con la alimentación escolar en Brasil. Los resultados demuestran que ofrecer alimentación equilibrada contribuye significativamente al desarrollo físico, cognitivo y social de los estudiantes, además de fortalecer la agricultura familiar y fomentar hábitos alimentarios saludables.

Palabras clave: almuerzo escolar. Comidas escolares. PNAE. Seguridad alimentaria. Educación.

Abstract

School meals are one of the main instruments for promoting food and nutritional security in the Brazilian educational environment. This article aims to analyze the importance of school meals in the context of public education, highlighting its influence on school performance, students' retention at school and health promotion. The research has a qualitative approach, of a bibliographic and documentary nature, based on legislation, scientific articles and official documents related to school feeding in Brazil. The results demonstrate that offering balanced meals contributes significantly to the physical, cognitive and social development of students, in addition to strengthening family farming and encouraging healthy eating habits.

Keywords: school meals; school nutrition; National School Feeding Program (PNAE); food security; education.

INTRODUÇÃO

A alimentação adequada é fundamental para o desenvolvimento físico, mental e social das pessoas. No contexto escolar, a disponibilização de merenda se torna ainda mais crucial, já que muitos alunos contam com essa refeição como sua principal fonte de alimentação durante o dia. Num país como o Brasil, onde as disparidades sociais são evidentes, a merenda escolar vai além de uma simples refeição, representando uma política significativa de inclusão social.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado pelo Governo Federal, garante que os alunos da educação básica pública recebam alimentação. uma das políticas públicas mais antigas, desenvolvida ao longo do tempo para garantir a alimentação e promover hábitos saudáveis, além de apoiar o processo de aprendizagem do país. A questão se tornou ainda mais pertinente com o crescimento da insegurança alimentar nos últimos anos, mais propensos a enfrentar problemas como desnutrição, dificuldades na aprendizagem, abandono escolar e um desenvolvimento integral que é precipitado.

A pesquisa tem como objetivo principal investigar a relevância da merenda escolar na educação pública, enfatizando seu papel no rendimento escolar, na permanência dos alunos e na saúde dos mesmos, a merenda escolar se apresenta como um meio para atenuar esses efeitos.

Diante disso, este trabalho se propõe a responder à seguinte questão: de que forma a merenda escolar impacta o desenvolvimento educacional e social dos alunos brasileiros? A hipótese é que a merenda escolar tem um impacto direto no desempenho escolar, na permanência dos alunos na escola e na diminuição das disparidades sociais. O propósito geral é investigar a relevância da merenda escolar na educação pública, evidenciando sua influência no rendimento escolar, na permanência dos alunos e na saúde dos mesmos e apresenta como objetivos específicos: identificar os principais efeitos da merenda escolar nos estudantes, examinar os desafios do PNAE e sugerir estratégias para aprimorar a política pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Evolução Histórica da merenda escolar no Brasil

A alimentação escolar no Brasil teve início na década de 1950, em um contexto de combate à desnutrição infantil. Em 1955 foi criada a Campanha de Merenda Escolar, posteriormente denominada Campanha Nacional de Alimentação Escolar. O foco inicial consistia no fornecimento de alimentos básicos para crianças matriculadas nas escolas públicas.

Com o passar dos anos, a política foi sendo ampliada e reformulada. Em 1979 surgiu oficialmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), passando a integrar a estrutura do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A partir da Constituição Federal de 1988, a alimentação escolar passou a ser reconhecida como direito dos estudantes, (BRASIL, 1988).

Segundo o Brasil (1988), a Lei n.º 11.947/2009, representou importante avanço ao determinar que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo PNAE devem ser utilizados na compra de alimentos provenientes da agricultura familiar. Vasconcelos (2005) ressalta que as ações de enfrentamento à fome no Brasil passaram por profundas transformações ao longo do século XX, transitando de medidas emergenciais e desarticuladas para a construção de propostas mais estruturadas e integradas. Essa medida fortaleceu a economia local, valorizou pequenos produtores e possibilitou maior oferta de alimentos frescos e saudáveis nas escolas.

Além disso, a legislação passou a estabelecer critérios nutricionais específicos, proibindo a aquisição de produtos com baixo valor nutricional e estimulando a presença de frutas, verduras e alimentos regionais no cardápio escolar.

2.2 Merenda escolar e segurança alimentar

A segurança alimentar refere-se ao direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e sem comprometer outras necessidades essenciais. Segundo os parâmetros estabelecidos pela Abrandh (2013), o Direito Humano à Alimentação Adequada não se limita ao combate à fome, mas exige o acesso regular, permanente e irrestrito a alimentos de qualidade e culturalmente aceitáveis. No Brasil, esse direito encontra respaldo constitucional e integra a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Revista Internacional de Estudos Multidisciplinares Educaler

Nesse cenário, a merenda escolar constitui importante mecanismo de concretização desse direito, sobretudo para estudantes pertencentes a famílias em situação de pobreza. Em diversas localidades, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, a refeição escolar representa a principal ou única refeição completa do dia.

A ausência de alimentação adequada pode gerar consequências graves, como:

- Déficit de atenção;
- Dificuldades de concentração;
- Queda no rendimento escolar;
- Problemas de saúde;
- Aumento da evasão escolar.

Por outro lado, a oferta regular de refeições equilibradas favorece o desenvolvimento físico e cognitivo, contribuindo para que os estudantes tenham melhores condições de aprendizagem.

2.3 A influência da merenda escolar no rendimento dos estudantes

Diversos estudos demonstram que a alimentação interfere diretamente no desempenho escolar. Crianças alimentadas adequadamente tendem a apresentar maior capacidade de concentração, memória e raciocínio. A merenda escolar também influencia a frequência dos alunos. Em famílias de baixa renda, a escola torna-se espaço de proteção social, uma vez que garante alimentação diária. Consequentemente, há redução do abandono escolar e aumento da permanência dos estudantes nas salas de aula.

A segurança alimentar e nutricional, sob a ótica cultural, pressupõe o respeito às tradições locais e aos saberes populares que envolvem o ato de comer. Desconsiderar os aspectos simbólicos da alimentação na formulação de políticas públicas pode levar ao fracasso de programas de intervenção nutricional, uma vez que o alimento atende a necessidades que ultrapassam a dimensão biológica do corpo. (FREITAS; PENA, 2007, p. 75).

Além disso, a alimentação escolar pode contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis. Quando a escola oferece cardápios variados, ricos em frutas, legumes e preparações balanceadas, os estudantes passam a desenvolver maior consciência sobre a importância da nutrição. Outro aspecto relevante diz respeito ao papel educativo da merenda. A alimentação pode ser trabalhada de forma interdisciplinar, articulando conteúdos de ciências, saúde, meio ambiente e cidadania. Maluf (2011) defende que a segurança alimentar e nutricional deve ser compreendida de forma sistêmica, interligando a produção agrícola, a sustentabilidade ambiental, o abastecimento e o consumo consciente. Dessa maneira, a merenda escolar deixa de ser apenas uma refeição e passa a integrar o processo pedagógico.

A exigência legal de aquisição de alimentos da agricultura familiar constitui uma das características mais inovadoras do PNAE. A medida gera benefícios em diferentes dimensões. Do ponto de vista econômico, fortalece pequenos produtores rurais e movimenta a economia local. Sob a perspectiva social, favorece a permanência das famílias no campo e reduz desigualdades regionais. Já no aspecto nutricional, amplia a oferta de alimentos frescos, diversificados e culturalmente adequados. O sucesso dos programas sociais depende da capacidade do Estado em estruturar políticas universais que enfrentem as causas determinantes da desigualdade socioeconômica (SILVA, 2018).

A aproximação entre escola e agricultura familiar também contribui para a valorização da cultura alimentar regional. Alimentos típicos de cada localidade podem ser inseridos no cardápio escolar, promovendo identidade cultural e aceitação por parte dos estudantes. Santos e Costa, (2020) apontam que, apesar dos avanços consolidados na trajetória do programa, a política de alimentação escolar brasileira ainda enfrenta desafios complexos que envolvem o financiamento, a descentralização da gestão e a garantia de sua sustentabilidade institucional. Sendo assim, ainda se vê a implementação dessa política enfrentando obstáculos, como dificuldades logísticas, falta de organização dos produtores e limitações na distribuição dos alimentos.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. A investigação foi desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, legislações, dissertações e documentos oficiais relacionados à alimentação escolar no Brasil.

A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir interpretação mais ampla acerca da importância da merenda escolar e de seus impactos sociais e educacionais e baseou-se em palavras chave como: merenda escolar, alimentação escolar, PNAE, segurança alimentar e educação. A relevância desta pesquisa está relacionada à necessidade de discutir a alimentação escolar como instrumento de combate à insegurança alimentar, de promoção da permanência dos estudantes na escola e de fortalecimento das políticas públicas educacionais. Além disso, o estudo busca contribuir para o aprofundamento das discussões acadêmicas sobre o papel do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na garantia do direito à alimentação adequada e à educação de qualidade.

Revista Internacional de Estudos Multidisciplinares Educaler

Quanto aos procedimentos, foram consultadas fontes produzidas entre 2009 e 2025, especialmente materiais referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, à segurança alimentar e às políticas públicas educacionais.

Para a seleção do material analisado, foram adotados critérios de inclusão e exclusão. Como critérios de inclusão, consideraram-se artigos científicos, livros, legislações, dissertações e documentos oficiais que abordassem diretamente a alimentação escolar, o PNAE, a segurança alimentar e os impactos da nutrição no desempenho educacional. Também foram incluídas publicações disponíveis integralmente em língua portuguesa e materiais atualizados e relevantes para o contexto brasileiro.

Como critérios de exclusão, foram desconsiderados trabalhos duplicados, publicações sem fundamentação científica, materiais incompletos, estudos que não apresentavam relação direta com o tema proposto e conteúdos desatualizados que não contribuíam significativamente para os objetivos da pesquisa.

Também foram examinados dispositivos legais, como:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei n.º 11.947/2009;
- Resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
- Documentos do Ministério da Educação e do FNDE.

A análise dos dados ocorreu por meio de interpretação temática, buscando identificar padrões, desafios e contribuições da merenda escolar para a educação brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos indicam que a merenda escolar exerce influência significativa sobre o desenvolvimento dos estudantes e sobre a qualidade da educação. Em primeiro lugar, verificou-se que a alimentação escolar contribui para a redução da fome e da insegurança alimentar. Em contextos de vulnerabilidade, a escola torna-se espaço fundamental de proteção social.

Em segundo lugar, constatou-se que estudantes que recebem alimentação adequada apresentam melhor rendimento escolar, maior participação em sala de aula e menores índices de evasão. A merenda, portanto, não deve ser vista como gasto, mas como investimento na formação humana.

Outro resultado importante refere-se ao fortalecimento da agricultura familiar. A obrigatoriedade de compra de alimentos locais tem potencial para gerar renda, estimular a produção agrícola e aproximar escola e comunidade.

Revista Internacional de Estudos Multidisciplinares Educaler

Entretanto, a pesquisa também evidenciou desafios persistentes. Entre os principais problemas identificados estão:

- Insuficiência de recursos financeiros;
- Falta de infraestrutura adequada nas escolas;
- Cozinhas mal equipadas;
- Carência de nutricionistas;
- Dificuldades na fiscalização e no controle dos recursos;
- Oferta excessiva de alimentos ultraprocessados em algumas redes de ensino.

Em muitas escolas, a precariedade estrutural compromete a qualidade da alimentação. Há instituições sem refeitório, sem armazenamento adequado e sem profissionais capacitados para o preparo das refeições.

Outro aspecto crítico é a desigualdade entre municípios. Redes de ensino com maior capacidade administrativa tendem a oferecer merendas de melhor qualidade, enquanto localidades mais pobres enfrentam dificuldades para cumprir as exigências legais. A discussão também aponta a necessidade de ampliar ações de educação alimentar e nutricional. Não basta fornecer alimentos; é necessário ensinar os estudantes a compreenderem a importância de uma alimentação saudável. Nesse ponto, a escola possui papel estratégico.

Os resultados deste estudo revelam que a garantia da alimentação escolar regular atua como um mecanismo direto de segurança alimentar e permanência dos estudantes na escola. A regularidade nutricional fornecida pelo programa reduziu os índices de absenteísmo e elevou o rendimento escolar dos alunos em situação de vulnerabilidade. Esse impacto imediato nos beneficiários valida a perspectiva de Silva (2018), ao demonstrar que o enfrentamento da desigualdade socioeconômica se materializa no fortalecimento de políticas universais de acesso ao básico. Assim, a merenda escolar deixa de ser apenas um insumo logístico e passa a figurar como um direito social estruturante, essencial para o desenvolvimento cognitivo e a inclusão social dos estudantes.

O sucesso de programas sociais está diretamente atrelado à consolidação de políticas públicas universais e estruturantes. Os dados analisados nesta pesquisa demonstram que ações isoladas ou puramente assistencialistas não sustentam a redução da vulnerabilidade a longo prazo. Esse cenário confirma a tese de Silva (2018), que condiciona a eficácia dessas iniciativas à capacidade do Estado em combater as causas raiz da desigualdade socioeconômica. Portanto, para além da transferência de renda, os resultados apontam para a urgência de investimentos massivos em setores básicos de acesso universal, como educação e saúde. É essa estrutura macroeconômica e social que garante a emancipação dos beneficiários e a quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

A merenda escolar representa muito mais do que uma refeição oferecida no ambiente escolar, trata-se de política pública essencial para a garantia do direito à alimentação, à educação e à dignidade. Ao longo deste estudo, verificou-se que a alimentação escolar influencia diretamente o desempenho acadêmico, a frequência dos estudantes e a redução das desigualdades sociais. O Programa Nacional de Alimentação Escolar revela-se instrumento indispensável para a promoção da segurança alimentar e para a efetivação de uma educação de qualidade.

Apesar dos avanços observados nas últimas décadas, ainda existem desafios que precisam ser enfrentados. É fundamental ampliar os investimentos públicos, fortalecer a fiscalização, garantir infraestrutura adequada e valorizar o trabalho dos nutricionistas e profissionais envolvidos. Além disso, é necessário promover maior integração entre escola, família, agricultura familiar e comunidade. A alimentação escolar deve ser entendida como responsabilidade coletiva e como elemento central do processo educativo.

Conclui-se, portanto, que investir na merenda escolar significa investir no futuro das crianças, no combate à desigualdade e no desenvolvimento do país. Longe de ser apenas uma ação assistencialista, essa política pública se consolida como um direito fundamental estruturante, capaz de garantir a permanência estudantil e a segurança alimentar. Ao assegurar a nutrição adequada no ambiente escolar, o Estado cumpre seu papel constitucional e mitiga os impactos imediatos da vulnerabilidade socioeconômica sobre os beneficiários. Assim, o fortalecimento desse programa é indispensável para romper o ciclo intergeracional da pobreza e promover a verdadeira equidade social.

REFERÊNCIAS

ABRANDH. **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Abrandh, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**.

FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Manual de Orientação**. Brasília: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2024.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de; PENA, Paulo Gilvane Lopes. **Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura**. Revista de Nutrição, Campinas, v. 20, n. 1, p. 69-81, 2007.

MALUF, Renato. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2011.

SANTOS, Lígia Amparo da Silva; COSTA, Nilson do Rosário. **Política de alimentação escolar no Brasil: trajetória e desafios**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 54, n. 35, 2020.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Políticas públicas e combate à pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2018.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. **Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula**. Revista de Nutrição, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, 2005.